III CONGRESSO DE DIREITO DO VETOR NORTE

FILOSOFIA, SOCIOLOGIA DO DIREITO E DIREITO E ARTE

A532
Anais do III Congresso de Direito do Vetor Norte [Recurso eletrônico on-line] organização Faculdade de Minas – Belo Horizonte;

Coordenadores: Fabrício Veiga da Costa, Rayssa Rodrigues Meneghetti e Raphael Moreira Maia – Belo Horizonte: FAMINAS, 2019.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-000-8
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Tensões contemporâneas e consolidação da Democracia Brasileira.

1. Estado Democrático de Direito. 2. Direitos Fundamentais. 3. Direitos Humanos. I. III Congresso de Direito do Vetor Norte (1:2010 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

III CONGRESSO DE DIREITO DO VETOR NORTE

FILOSOFIA, SOCIOLOGIA DO DIREITO E DIREITO E ARTE

Apresentação

O GT de Filosofia, Sociologia do Direito e Direito e Arte trouxe debates transdisciplinares voltados à ressignificação epistemológica de premissas dogmáticas e ideológicas que permeiam o debate jurídico nas sociedades democráticas.

Filosoficamente foram propostos estudos sobre a efetividade normativa no que atine ao cumprimento das premissas constitucionais trazidas pelo Estado Democrático de Direito. Estudo realizados, por exemplo, sob a ótica da igualdade, liberdade e dignidade humana, foram analisados sob a ótica de filósofos contemporâneos e clássicos, procurando-se evidenciar os dramas e as dificuldades enfrentados pela humanidade.

Sociologicamente, desenvolveram-se estudos sobre a participação popular, a eficácia normativa, o interesse do cidadão em atuar no planejamento e execução de políticas públicas democráticas. O estudo dos movimentos sociais e os reflexos de sua atuação na construção da sociedade democrática também foi alvo de profícuos debates realizados na perspectiva crítica.

Ao final, foram desenvolvidos estudos correlacionando o direito, a arte e a literatura. Problematizou-se a contribuição da literatura na desconstrução de premissas jurídicas fundadas na dogmática analítica. A arte foi utilizada como referencial cientifico para repensar os juízos apriorísticos discutidos na perspectiva filosófica.

Daniel Ortiz Matos

André Costa de Abreu

SANDEL E A (I)MORALIDADE DO MERCADO

SANDEL AND THE (I)MORALITY OF THE MARKETS

Vitor Amaral Medrado
Larissa Martins Firme

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo investigar o lugar do Mercado e da Moral no pensando de Michael Sandel. Partindo de Sandel, pretende-se repensar a pretensa neutralidade dos mercados, demonstrando que o pensamento de mercado tem fortes implicações na sociedade, sobretudo no que diz respeito ao esvaziamento do discurso moral na esfera pública.

Palavras-chave: Filosofia do direito, Filosofia política, Michael sandel, Mercado. moral

Abstract/Resumen/Résumé

This paper aims to investigate the place of the Market and Moral in the thinking of Michael Sandel. From Sandel, we intend to rethink the alleged neutrality of markets, demonstrating that market thinking has strong implications for society, especially regarding the emptying of moral discourse in the public sphere.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Philosophy of law, Political philosophy, Michael sandel, Markets, Moral

O impacto causado pelo mercado na sociedade tem sido alvo de grandes debates e a causa de explorações sociais. O levante da questão se vira para o modo como a comercialização corrompe a natureza de certas obrigações cívicas e até mesmo morais. Mas afinal, o que se entende por moral? Nietzsche, em sua obra "A genealogia da Moral", busca evidenciar a origem dos conceitos morais que regem a sociedade através da conceituação de "bom" e "mau" mediante a ótica do observador.

O autor busca uma reflexão consciente da realidade, convidando o leitor a rever seus valores e se afastar dos conceitos morais aos quais é submetido para que possa raciocinar com clareza e imparcialidade. Segundo sua concepção, o homem se perde em seus valores, destruindo assim sua própria natureza.

Rousseau já entendia que o homem nasce bom, o que o corrompe é a sociedade, esta que consiste em estereótipos externos, ensinando o sujeito a desenvolver o altruísmo baseado na individualidade, ou seja, os parâmetros da sociedade se baseiam em modelos de mercado cujas ações voluntárias e até mesmo atitudes espontâneas para com o outro sejam comercializadas a fins de sobrepujar as expectativas do mercado. É por esse segmento que se chega na raiz do paradigma em questão. Enquanto se busca solucionar estrategicamente e por tempo determinado a questão mercantilista no âmbito social, o que se deve procurar são as causas desse efeito que governa a esfera humana, uma vez que o próprio homem controla o mercado. Todavia, a influência do mercantilismo no convívio social é de sobremaneira extensiva, impossibilitando ao homem remanejar e reconstruir essas práticas.

> Os economistas muitas vezes partem do pressuposto de que os mercados não afetam nem comprometem os bens que regulam. Mas não é verdade. Os mercados deixam sua marca nas normas sociais. Muitas vezes, os incentivos de mercado corroem ou sobrepujam os incentivos que não obedecem à lógica do mercado. (Sandel, Michael. O que o dinheiro não compra. Editora Jose Olympio, 2016, p.34)

Pode-se reconhecer que a moral é um conjunto de essências e convicções únicas que visa o que é melhor para todos como sociedade e não se projetam atribuições econômicas a bens sociais. Mudar radicalmente de maneira bruta o sistema é algo irrepreensível e como diria Kant, o progresso não é algo fácil e tão pouco rápido, o avanço da humanidade advém das convergências de opiniões baseando a legitimidade no consenso.

A imoralidade do mercado não é a causa da questão social e econômica, é apenas um sintoma, reflexo de uma construção desestruturada com impactos degradantes na sociedade durante toda a sua evolução. Para se chegar à causa, tende-se a solucionar seus efeitos, os quais se manifestam mediante ações sociais que se alinham conforme a necessidade do mercado, eliminando aos poucos as práticas que se referem ao vício da sociedade nesse sistema e

fomentando que o espírito cívico, assim como as demais virtudes não possam ser desconstruídas e muito menos comercializadas ou dadas como mercadorias.

Um debate sobre o limite moral do mercado nos permitiria decidir, como sociedade, em que circunstâncias os mercados atendem ao bem público e quais aquelas em que eles são intrusos. Também contribuiria para revigorar a política e abrir espaço para ideais concorrentes na arena pública. Pois de que outra maneira poderia ter curso esse tipo de debate? Caso você concorde que a compra e a venda de certos bens os corrompem ou degradam, será forçosamente porque acredita que certas maneiras de lhes atribuir valor são mais adequadas do que outras. Não faria sentido falar da corrupção de determinada atividade — a criação de filhos, por exemplo, ou a cidadania — se não acreditarmos que certas maneiras de ser um pai ou um cidadão são melhores do que outras. São avaliações morais dessa natureza que estão por trás das poucas limitações ao mercado que ainda podemos constatar. Não permitimos que os pais vendam os filhos ou que os cidadãos vendam os votos. E um dos motivos disso, para ser franco, comporta nada mais nada menos do que um julgamento moral: acreditamos que vender essas coisas significa uma maneira errada de lhes atribuir valor, cultivando atitudes negativas. A análise dos limites morais do mercado torna inevitáveis tais questões. Ela requer que pensemos juntos, em público, como atribuir valor aos bens sociais que prezamos. Seria absurdo esperar que um discurso público de maior robustez moral fosse capaz de levar, mesmo nas melhores condições, a algum consenso em torno de cada questão polêmica. Mas certamente teríamos aí uma vida pública mais saudável. E estaríamos mais conscientes do preço que pagamos por viver numa sociedade em que tudo está à venda. (Sandel, Michael. O que o dinheiro não compra. Editora Jose Olympio, 2016, p.11.pdf)

A desigualdade e injustiça não tem sido o principal foco do problema em questão. A tendência corrosiva do mercado tem atentado para o fato de que tudo está à venda, o que se torna realidade ao ignorar as questões morais que estão arraigadas no meio social. Os privilégios e oportunidades são voltados aos que possuem maiores acessos ao mercado devido suas aquisições econômicas, ou seja, não se trata somente da igualdade material conforme o princípio constitucional da isonomia, em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades, se trata de equidade, em abordar com especificidade a particularidade de cada individuo.

Sandel em sua obra “Justiça: O que é a coisa certa a fazer” ao abordar sobre a equidade rawlziana, critica a visão libertal-igualitária de Rawls, que consiste na análise de que o homem não pode se separar de suas crenças, cultura e convicções, e que somente um homem sem essas bagagens morais optaria por um Estado neutro. Sandel afirma ser impossível o discurso acerca

de determinadas questões de justiça sem que se considerem os aspectos religiosos e morais, ou seja, a neutralidade é por tanto, inviável. Uma de suas medidas para uma nova política é justamente acerca da desigualdade social, sua finalidade é que a vida cívica e o bem comum sejam reconstruídos, levando os indivíduos a criarem o hábito de serem solidários, que tenham o senso de comunidade e estimulando-os ao convívio público.

Muitas vezes associamos corrupção ao suborno de funcionários públicos {...}, contudo, a corrupção também tem um significado mais amplo: corrompemos um bem, uma atividade ou uma prática social sempre que a tratamos de acordo com uma norma inferior ao padrão que lhe seria adequado. Assim, num exemplo extremo, ter um filho para vendê-lo é uma forma de corrupção da paternidade, pois o filho está sendo tratado como uma coisa a ser usada, e não como um ser a ser amado. A corrupção política pode ser encarada da mesma forma: quando um juiz aceita suborno para dar um veredito corrompido, está agindo como se sua autoridade judicial fosse um instrumento de ganho pessoal, e não da confiança pública. Degrada e rebaixa o cargo ao tratá-lo em função de uma norma inferior à que lhe seria adequada. (Sandel, Michael. O que o dinheiro não compra. Editora Jose Olympio, 2016, p.26.pdf)

O mercado está cada vez mais raso e suas relações com o moralismo se estreitando conforme o avanço da sociedade. Grande parte do sistema econômico pertence à elite que o mantém, atendendo as suas exigências e distribuindo oportunidades a estes selecionados. Para compreender a organização hierárquica da sociedade, surge um campo de estudo no bojo da sociologia denominada estratificação social, que classifica os grupos conforme suas condições socioeconômicas. Em tese, a estratificação ocorre quando um indivíduo tem privilégios e vantagens em razão dos demais, uma característica que pode ser analisada desde as civilizações envolvendo crenças e práticas culturais. É necessário, porém, uma análise à luz deste campo de estudo para se discutir as divisões de classes, desigualdades sociais, mecanismos de distribuição de renda, meritocracia e afins.

Os estudos sobre estratificação social são importantes porque permitem compreender como o poder, a riqueza e o status são distribuídos em uma dada sociedade. A partir disso, é possível pensar as desigualdades para além dos fatores econômicos ou da concentração de renda, refinando o conhecimento de conflitos e problemas que se relacionam mais com aspectos simbólicos que econômicos (BOURDIEU, 2008)

É importante ressalvar acerca do esgotamento dos recursos naturais, uma das fontes mais exploradas pelo mercado, essenciais para a sobrevivência humana. A questão ambiental e as causas da sua exploração se destacam não só âmbito nacional, mas em escala global, e tem se tornado uma prática banalizada. Essa crise ambiental afeta os grupos sociais desencadeando

uma vez mais a desigualdade entre as classes fomentando a insistência na reprodução ilimitada do capital.

Para alguns autores, como James O'Connor (2002), o sistema capitalista, ao pressupor o abastecimento ilimitado das condições de produção, incluindo a força de trabalho e a natureza, coloca em risco a própria reprodução do capital, gerando, o que ele chamou, de segunda contradição do capitalismo. Segundo os seguidores desta tese, as violações dirigidas à força de trabalho concomitante à exploração da natureza em larga escala ocasionariam uma elevação nos custos do processo produtivo, pois o capitalista necessariamente incorporaria tais externalidades negativas, o que conduziria a uma compressão do lucro. A crise das condições de produção seria por assim dizer, justamente, a contradição latente entre a busca excessiva pelo lucro e a degradação das bases materiais e sociais de sua própria reprodução. (Quintana & Hacon, 2011, p. 428)

Para decidir o que o dinheiro pode ou não comprar e até qual ponto afeta as questões morais, é necessário ter conhecimento acerca dos valores que regerão as áreas da vida cívica e social. As virtudes levam o individuo a exercer com excelência suas qualidades morais e intelectuais, portanto, não devem ser descartadas e nem tão pouco desconsideradas no âmbito socioeconômico. É necessário desconstruir esse viés que, assim como as demais fontes de mercado, as virtudes podem se esgotar com o uso. Devem ser exercidas com diligência a fim de nutrir a sociedade desfazendo o paradoxo de atribuir valores econômicas a bens sociais.

REFERÊNCIAS

SANDEL, Michael J. **O que o dinheiro não compra**: Os limites morais do mercado.1° Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

KANT, Immanuel. L, **Crítica da Razão Pura**. 5° Edição. Trad.: Manuela Pinto e Alexandre Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbernkian, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras,1998

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. 3° Edição. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995